

O PROJETO ATUAL PARA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA E A BUSCA PELO CAPITAL HUMANO, SOCIAL E ECONÔMICO

ANTÔNIO CARDOSO OLIVEIRA¹; MARIA DE FÁTIMA CÓSSIO²

¹UFPEL/IFSUL– antoniooliveira_ifsul@yahoo.com.br

²UFPEL/FAE– fatimacossio@ig.com.br

1. INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas décadas a educação tem sido responsabilizada por questões ligadas ao desenvolvimento econômico em diferentes países. Sob recomendações de organismos internacionais, esta deixa em um plano secundário a formação mais ampla dos sujeitos, para focar em problemáticas que dizem respeito ao aumento do potencial produtivo e também do consumo.

Em um período mais recente pode-se evidenciar que além da tarefa de desenvolver o capital humano, está sendo atribuída a educação o papel de construção do capital social de muitos países, principalmente os periféricos. Este desenvolvimento visa potencializar o crescimento econômico, secundarizando os aspectos humanos e sociais, com ênfase na criação de um novo tipo de homem e de sociedade que permitam a exploração sem fim do capital econômico (HARVEY, 2011).

Percebe-se, através das orientações do Banco Mundial (2011), um movimento de fortalecer o capital humano através da escola, referenciado pela ideia de “aprendizagem para todos”, podendo ser percebida como uma ‘nova roupagem’ à perspectiva anterior (década de 1960), orientando a qualificação do trabalhador para as demandas apresentadas pelo mercado.

Diante deste cenário é que se evidencia a motivação para o desenvolvimento deste trabalho. O objetivo do presente estudo é desenvolver um aporte teórico para compreender a lógica que vêm influenciando a elaboração das políticas públicas educacionais no Brasil nos últimos anos, para que se possa, posteriormente, analisar especificamente a oferta do Bolsa-Formação/Pronatec através das parcerias público/privadas, que é a temática deste projeto de doutorado em educação.

Dentre os autores e fontes de pesquisa que foram utilizados para fundamentar o desenvolvimento do estudo situam-se: FRIGOTTO (2011), que aborda a teoria do capital humano e as suas consequências para o campo das políticas públicas; PUTNAM (2008), e seus estudos sobre a teoria do capital social; os organismos internacionais, tais como: BID (2004) e BM (2011) que enfatizam a relevância do desenvolvimento do capital social das nações e da estratégia 2020 para o setor da educação (focada em alcançar o objetivo de “Aprendizagem para Todos”); e MOTTA (2009; 2011) que relaciona o atual modelo educacional do Brasil com as recomendações dos organismos internacionais.

2. METODOLOGIA

Para alcançar o objetivo estabelecido para o presente trabalho, foi efetuada uma pesquisa bibliográfica e também documental, com fontes que abordam a

temática em questão e também em publicações dos organismos internacionais que constantemente atuam no direcionamento de orientações para o campo da educação dos países de capitalismo dependente.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Abordando o surgimento da teoria do capital humano, MOTTA (2011, p.38) salienta que esta foi difundida nos anos 1960, e que foi através do surgimento dessa concepção que “a função econômica da educação penetrou no tecido social das sociedades capitalistas”, e que essa lógica foi introduzida no campo escolar brasileiro “com as reformas da educação básica e universitária expressas nas Leis 5.540/68 e 5692/71”.

A relação linear entre educação, economia e emprego se tornou mais evidente após a segunda guerra mundial, quando se acentuava as lutas da classe trabalhadora e o crescimento do socialismo, ao mesmo tempo em que se acirrava a crise do capitalismo, com reflexos como a elevação das desigualdades sociais e do desemprego em grande escala. Como alternativa para a superação da crise, foi recomendado aos países subdesenvolvidos, pelos “dirigentes e intelectuais do sistema capitalista na época”, a tese do capital humano de SCHULTZ (1973) (FRIGOTTO, 2011, p. 22).

A concepção que se tornou hegemônica, a partir da tese do capital humano, foi de que o investimento em educação apresentaria um resultado igual ou superior a outros investimentos do setor produtivo, com isso, aqueles países que seguissem essa lógica reduziriam as desigualdades sociais e fortaleceriam suas economias. A teoria do capital humano inseriu uma perspectiva de relação direta entre o ensino e o mercado de trabalho, entre o investimento em educação e o aumento de produtividade e de ganhos sociais.

Salientando a efetivação das políticas neoliberais, MOTTA (2009, p. 552) descreve que nos países de “capitalismo dependente”, as mudanças preconizadas pelo Consenso de Washington foram significativas, e que para as políticas educacionais a “nova ordem mundial” recomendada pelo Banco Mundial foi de ampliar a qualificação da classe trabalhadora e possibilitar uma maior inserção no mercado de trabalho.

Diante dos reflexos de ineficácia das orientações recomendadas pela doutrina neoliberal, é que se desenvolve, na direção dos conceitos sustentados pelo neoliberalismo da terceira via, o que MOTTA (2009, p.555) denomina de “rejuvenescimento da teoria do capital humano” com a introdução de elementos da “teoria do capital social” para “educar para sobrevivência e para o conformismo”.

A teoria do capital social evidencia concepções também defendidas pelo modelo da terceira via sustentado por Giddens (2000). Ambas apresentam a relevância de se desconstruir o individualismo e o alto nível de competitividade que se estabeleceram nas sociedades contemporâneas, visando com isso a efetivação de um novo engajamento cívico e o desenvolvimento de uma cultura de solidariedade entre as pessoas. Tanto Putnam (2008) como Giddens (2000) apontam que é a renovação da consciência e do comportamento cívico da sociedade que impulsiona o desenvolvimento do bem-estar social e o crescimento econômico.

4. CONCLUSÕES

Sendo assim, se pode perceber que é através do entendimento de que a educação pode potencializar o capital econômico dos países, pela via da qualificação profissional e, conseqüentemente, do trabalho, que se estabelece um valor economicista à educação e se atribui à eficácia das políticas públicas nessa área, uma das soluções para amenizar as crises do capitalismo, desconsiderando as disfunções orgânicas do modelo. Desse modo, a capacitação dos trabalhadores está diretamente relacionada aos ganhos no setor produtivo.

No Brasil, concepções advindas da teoria do capital humano podem ser evidenciadas desde o período da ditadura militar. Nos dias atuais, pode-se perceber essa lógica através do investimento do governo federal na oferta da educação profissional, por via da expansão da rede federal de educação básica, técnica e tecnológica e de programas como o Pronatec, que com recursos públicos investe na oferta de ensino profissionalizante através do sistema S, este que, historicamente, é um dos responsáveis pela capacitação da mão-de-obra para o setor produtivo/mercadológico do país.

É evidente que as políticas educacionais que estão sendo efetivadas ao longo dos anos no Brasil não seguem linearmente a tese do capital humano, as alterações apresentadas para manutenção do capitalismo refletem diretamente na área da educação do país, que por recomendações de organismos internacionais e adesão à lógica neoliberal, inserem em seus planos de governo estratégias que contribuem com os interesses dos detentores do capital e evidenciam o fôlego deste modelo.

Analisando o atual contexto visualiza-se que as reconfigurações das orientações políticas globais buscam amenizar as desigualdades produzidas pelo neoliberalismo que se tornaram obstáculos aos interesses do capital, e são direcionadas a construção de uma sociedade civil mais solidária em relação às causas sociais e à formação de um perfil de trabalhador que favoreça a efetivação dessa lógica, ou seja, mais produtivo e ao mesmo tempo conformado com a situação que o mercado lhe impõe. Buscando, assim, promover o consenso da população e desenvolver um terreno fértil para o aumento do potencial produtivo, para a elevação do consumo e para o crescimento econômico.

É através da inserção da perspectiva do capital social que os intelectuais orgânicos definem outro papel para a educação. Se anteriormente já estava sob a responsabilidade do sistema de ensino a tarefa de aprimoramento do capital humano, que de acordo com os interesses mercadológicos é determinante, pela qualificação do trabalho e da conseqüente produtividade individual e competitividade da economia, incorpora-se à educação a função de desenvolver uma cultura “cívica como mecanismo de construção de uma sociedade solidária, harmônica, confiável, da paz, necessário para alívio da pobreza”, o que se reflete como um alargamento do papel da educação, ao mesmo tempo em que configura como uma restrição de sua função política.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BID. Banco Interamericano de Desenvolvimento. **Los objetivos de desarrollo del milenio en América Latina y el Caribe: retos, acciones y compromisos.** Banco Interamericano de Desarrollo, Washington, DC, jan. 2004.

BIRD. Banco Mundial. **Sumário Executivo da Estratégia 2020 para a Educação do Grupo Banco Mundial, Aprendizagem para Todos:** Investir nos Conhecimentos e Competências das Pessoas para Promover o Desenvolvimento. Washington, DC: Banco Mundial, 2011.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. In: PAIVA, L; ANDRADE, J. (Orgs). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

GIDDENS, Anthony. **The Third Way and its Critics.** Cambridge: Polity Press, 2000.

HARVEY, David. O Enigma do capital e as crises do capitalismo. São Paulo: Ed Boitempo, 2011.

MOTTA, Vânia C. **Ideologias do Capital Humano e do Capital Social:** da integração à inserção e ao conformismo. Trabalho Educação e Saúde, v. 6 n. 3, p. 549-571, nov.2008/fev.2009.

____. Educação e capital social: orientações dos organismos internacionais para as políticas públicas de educação como mecanismos de alívio à pobreza. In: PAIVA, L; ANDRADE, J. (Orgs). **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo: limites e contradições.** Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2011.

PUTNAM, Robert D. **Comunidade e democracia.** A experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008 (original: Making democracy work. Civic traditions in modern Italy. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1993).

SCHULTZ, T. W. **O valor econômico da educação.** Trad. de P.S. Werneck. Rev. Técnica de C.A. Pajuaba. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

____. **O Capital Humano:** investimentos em educação e pesquisa. Tradução de Marco Aurélio de Moura Matos. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.